POR UMA CARTOGRAFIA DA CONQUISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESPACIALIZAÇÕES PORTUGUESAS NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL (primeira metade do século XVIII)[1]

FOR A CARTOGRAPHY OF THE CONQUEST: CONSIDERATIONS ON SPATIALIZATIONS PORTUGUESE IN THE CENTER OF SOUTH AMERICA (first half of the eighteenth century)

Tiago Kramer de Oliveira[2]

RESUMO: Este texto reúne considerações sobre os usos da documentação cartográfica para o estudo das conquistas portuguesas nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso na primeira metade do século XVIII. Na primeira parte, discutimos as perspectivas que atualmente orientam os historiadores na análise da documentação cartográfica. Na segunda parte, fizemos apontamentos sobre dois mapas das conquistas portuguesas no centro da América do Sul: o *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá* (c. 1720) e a *Configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso* (c. 1750).

Palavras-chave: cartografia da conquista; conquistas portuguesas; Mato Grosso Colonial.

ABSTRACT: This text brings considerations about uses of cartographic documentation for the study of Portuguese conquests in the mines of Cuiabá and Mato Grosso in the first half of the eighteenth century. In the first part we discussed the perspectives currently guiding historians to analyze the cartographic documentation. In the second part, we made notes on two maps of the Portuguese conquests in the center of South America: o *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá* (c. 1720) e a *Configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso* (c. 1750).

Keywords: cartography of conquest; Portuguese conquests; Colonial Mato Grosso.

[1] Artigo, com pequenas modificações e adaptações, publicado nos anais do 1° Simpósio Brasileiro de Cartografia História, realizado em Paraty, em 2011. Pesquisa desenvolvida com apoio da Capes.

[2] Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

A documentação cartográfica que faz referência às conquistas portuguesas no centro da América do Sul - nos territórios que a partir de 1748 formariam a capitania de Mato Grosso - é diversificada e numerosa. A maior parte dos textos atuais que analisam esses mapas - incorporando as transformações no campo da História da Cartografia - explora o *desvendamento* do mapa, ou seja, estuda-se a trajetória do autor, o contexto cultural, político, acadêmico, as relações de poder, os interesses que nortearam a sua produção, entre outros aspectos.

São poucos os estudos que analisam essa cartografia com a preocupação de investigar a espacialização das conquistas nos territórios representados nos mapas. E uma boa parte dos poucos trabalhos que se propõe a fazê-lo não incorporaram em sua metodologia e embasamento teórico os avanços que o campo da história da cartografia alcançou nas últimas três décadas.

Navegando na História da Cartografia do Brasil Colonial

Mesmo correndo o risco de uma análise equivocada, já que somos recém-embarcados na História da Cartografia, acreditamos que é possível identificar diversos itinerários de viagem, em relação aos quais não há necessidade de escolher um para seguir do começo ao fim. Mesmo em meio à diversidade é possível identificar correntes que impulsionam os pesquisadores brasileiros e portugueses que atualmente escolheram a cartografia do período colonial como objeto de estudo ou como documentação privilegiada. Entre as diversas possibilidades, três grandes *carreiras* nos pareceram mais evidentes. Cada uma delas, contudo, com tantas rotas, atalhos e opções de paragens quanto as aspirações e desejos dos exploradores que por elas navegam.

Uma ventania firme e constante move pesquisadores pelas tecnologias de sistematização de informações e de georeferenciamento. Um caminho permite reunir, tendo como base mapas históricos ou atuais, um conjunto de informações e inseri-las em sofisticadas bases de dados. Pesquisadores brasileiros, embalados por esta ventania e de certo modo inebriados, como que pelo canto de uma sereia, pelas possibilidades oferecidas pelo SIG (Sistema de Informações Geográficas) vêm produzindo trabalhos significativos que entrecruzam mapas antigos, informações de documentos históricos e bases de dados atuais. Exemplos dessa perspectiva integram o recente e premiado livro *História de Minas Gerais*: a*s*

minas setecentistas, particularmente os textos de Maria E. L. de Resende, Fernanda B. do Amaral, Renato Pinto Venâncio e Friedrich R. Renger (RENGER, 2007; RESENDE, 2007; AMARAL, 2007; VENÂNCIO, 2007).

Em uma revista que tem se tornado referência para os estudos em História da Cartografia no Brasil, *Os Anais do Museu Paulista*, foram publicados alguns artigos nessa mesma direção (CINTRA, 2007; MARTINI e outros, 2009; ROSETO, 2006). No porto de chegada deste roteiro encontramos uma análise que pretende, por vezes, de modo mais preciso e objetivo possível, representar o real processo histórico de territorialização do espaço e por outras, inclusive, demonstrar e/ou corrigir distorções, erros e ainda *desfazer silêncios* de mapas antigos.

Em um texto produzido por pesquisadores do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) os autores apresentam uma série de mapas utilizando "de imagens de satélite como suporte para evidenciar a expansão histórico-cartográfica das fronteiras paulistas entre o descobrimento do Brasil e sua independência", entre outros mapas há "um exercício de transposição das rotas das bandeiras, das monções e dos tropeiros conforme o célebre *Mapa das Bandeiras* elaborado por Affonso Taunay, em 1921". Neste mapa, segundo os autores, "os caminhos para o interior seguidos pelos pioneiros paulistas, tanto em rios (monções) quanto no terreno (bandeiras e tropeirismos), foram recuperados a partir de devotado trabalho de pesquisa" (MARTINI e outros, 2009, p. 61). É evidente no texto dos pesquisadores do INPE a permanência no discurso de elementos da narrativa histórica paulista do período entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Não questionamos a pertinência dos mapas produzidos pela equipe do INPE para os estudos históricos sobre o Brasil Colônia, tampouco a contribuição dos pesquisadores que se utilizam do georeferenciamento para elaborar mapas a partir de dados históricos (que é bastante significativa). Contudo, o SIG, que poderia ser uma ferramenta de inovação aliada às concepções contemporâneas da História da Cartografia, tem servido em muitos casos, para reproduzir um fenômeno comum nas ciências humanas: *inserir rótulos novos em garrafas velhas*.

Ventos serenos movimentam as velas em um segundo e extenso caminho trilhado desde os tempos em que Jaime Cortesão navegava por esses mares (embora os novos navegadores utilizem-se ora ou outra de instrumentos mais modernos e roteiros mais sofisticados). Aqui os exploradores perseguem, na maior parte das vezes, um denso entendimento da representação cartográfica, tanto do ponto de vista do mapa em si, como o

entendimento de que a trajetória dos seus autores e os objetivos daqueles que se utilizavam da cartografia eram determinantes para o entendimento do seu significado. Neste caminho temos por parte de pesquisadores portugueses e brasileiros trabalhos de referência muito importantes.

Começando pelos trabalhos de maior fôlego de sistematização de riquíssima documentação cartográfica, podemos citar os trabalhos coordenados pelo geógrafo português João Carlos Garcia, que muito tem contribuído com as pesquisas de geógrafos, historiadores e arquitetos brasileiros. Mais do que simplesmente inventariar mapas antigos, Garcia discute questões de ordem metodológica, além de apontar caminhos e perspectivas para novos estudos em História da Cartografia (GARCIA, 2001; 2002; 2006).

Na esfera da cartografia urbana é indispensável citar os trabalhos pioneiros, e também os mais atuais, do arquiteto e cientista social Nestor Goulart Reis Filho (1964; 2000) no arrolamento e análise de extensa documentação cartográfica sobre os ambientes urbanos coloniais.

Pesquisadores do CRCH (Centro de Referência em Cartografia Histórica) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) vêm produzindo um significativo material bibliográfico e de referência documental, em trabalhos coordenados pelo geólogo Antonio Gilberto Costa e pela geógrafa Márcia Maria D. dos Santos, entre outros autores (COSTA, 2005; 2007; COSTA; RENGER; FURTADO; SANTOS, 2004).

Além dos estudos mais amplos o caminho tem rotas alternativas. Como afirmam Vargas e Garcia, apesar do estudo dos mapas antigos ser de interesse de pesquisadores desde fim do século XIX "só nos últimos anos tem vindo a acontecer uma modificação no estudo dos mapas antigos, com a incorporação de análises sociais e culturais nas Ciências Sociais e Humanas" (VARGAS e GARCIA, 2005-2006-2007, p. 14-15). Há considerável avanço nos estudos que exploram a formação, a trajetória, e as obras dos homens que produziram mapas em Portugal e no Brasil colonial. Destacamos os trabalhos de Beatriz B. S. Bueno (2004; 2005/2006/-2007; 2008; 2009a; 2009b) sobre a produção cartográfica dos engenheiros militares e de Maria de Fátima Costa sobre a produção cartográfica portuguesa e espanhola referente aos territórios do centro da América do Sul (COSTA, 1999; 2007; 2008; 2009a; 2009b). Os trabalhos das duas autoras têm em comum a percepção do mapa como uma imagem que precisa ser observada além da perspectiva de uma representação objetiva, ou que se pretende mais objetiva possível. Além de explorarem a formação e trajetória dos autores de mapas, vistas, relatos, sua importância estratégica para os interesses geopolíticos; as autoras,

influenciadas por metodologias da História da Arte - particularmente por Erwin Panofsky - evidenciam e ressignificam aspectos das obras de cartógrafos, desenhistas e viajantes que percorreram os territórios americanos.

Nessa mesma grande *carreira* há estudos que exploram os usos dos mapas nas relações diplomáticas e sua importância para a geografia política do Império Português. Não é nítida a distinção entre esses trabalhos e os que citamos nos parágrafos anteriores, já que tanto os autores podem se utilizar de um extenso aparato documental para evidenciar a geopolítica imperial como de instrumentos teórico-metodológicos da História Cultural, da História da Arte, da História das Ideias. O que diferencia a abordagem é a ênfase no uso estratégico dos mapas nas disputas territoriais, principalmente entre espanhóis e portugueses. Podemos incluir nessa rota os trabalhos de autores como Íris Kantor (2007; 2009; 2010), André F. de Almeida (2001; 2009a, 2009b) e Mario C. Ferreira (2001; 2007a; 2007b). Cada um ao seu modo, os pesquisadores destacam a intencionalidade de evidenciar informações sabidamente erradas, de distorcer coordenadas geográficas, de não aplicar conhecimentos adquiridos com a cartografia dos engenheiros militares entre outras manipulações executadas para legitimar e ampliar o domínio territorial, principalmente no contexto das negociações de tratados que estabeleciam limites entre os domínios europeus na América.

Ainda neste segundo caminho, alguns pesquisadores aventuram-se a incluir em suas pesquisas "os velhos e esquecidos actores da terra, os possuidores de heranças territoriais e de antigos conhecimentos que abrem novas perspectivas às histórias da Cartografia de cada região" (MENDONZA e GARCIA, 2005/2006/2007, p.16). Tema muito caro aos estudiosos da América espanhola, no Brasil há poucos estudos sobre a presença indígena na cartografia colonial. Um exemplo é o artigo *Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa* de Glória Kok (2009) que explora a incorporação de elementos da cartografia indígena por parte dos cartógrafos que trabalhavam a serviço da Coroa portuguesa.

O resultado da longa viagem dos pesquisadores que optaram pelas diversas rotas possíveis é a construção de um conhecimento muito significativo, principalmente para o campo da História das Ideias, da Ciência, da Arte e da Cultura embora não estejam restritas a elas. Ao mesmo tempo, porém, os viajantes que optam apenas por esse caminho passam, muitas vezes (não todas), ao largo do entendimento das espacialidades que esees mapas pretendem representar, ou seja, dos dados populacionais, das características dos ambientes rurais e urbanos, da economia e das relações de poder (em vários níveis) e etc. Nesse caso a densidade de análise das espacializações é inversamente proporcional àquela dispendida para

a compreensão do mapa, obviamente que não por falhas nos estudos, mas por legítima escolha dos autores.

Um terceiro caminho, embora insinuado por alguns autores que tratam da história cartográfica do Brasil colonial, permanece pouquíssimo explorado. Esse caminho é embalado por rajadas de ventos de tempestade, pontuado de icebergs difíceis de contornar e com o risco de ser afundado por navios nos quais tremula a bandeira das tradições interpretativas consolidadas.

Os guias para realizar travessia tão conturbada são autores como John Brian Harley, Dennis Wood, John Fels, Matthew Edney, Jeremy Crampton, entre outros. Apesar de não representarem um pensamento unificado, esses autores têm em comum a influência do pensamento chamado por alguns de *pós-estruturalista,* por outros de *pós-moderno* e ainda de *desconstrutivista*, que se expressa no uso de referências como Roland Barthes, Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Michel Foucault.

O mais citado dos "guias" é John Brian Harley. Em um artigo que se tornou uma referência de seu pensamento, *Deconstructing the map*, Harley define em linhas gerais uma proposta teórico-metodológica para incorporar na análise dos mapas as "idéias pós-modernas" de Foucault e Derrida. A primeira parte do artigo, *The rules of cartography*, Harley baseia-se em Foucault e discute as regras que orientaram, ao longo de diferentes períodos, a produção cartográfica. Harley afirma que

> Much of the power of the map, as a representation of social geography, is that it operates behind a mask of a seemingly neutral science. It hides and denies its social dimensions at the same time as it legitimates. Yet whichever way we look at it the rules of society will surface. They have ensured that maps are at least as much an image of the social order as they are a measurement of the phenomenal world of objects (HARLEY, 1989, p. 7).

Na segunda parte, *Deconstruction and the cartographic tex*t, o autor aponta que "deconstruction, as discourse analysis in general, demands a closer and deeper reading of the cartographic text than has been the general practice in either cartography or the history of cartography. It may be regarded as a search for alternative meanings" (HARLEY, 1989, p. 8). Fundamentando-se em Barthes e Derrida, Harley argumenta que os mapas são textos retóricos e devem ser desconstruídos como qualquer outro discurso, independentemente do estatuto de arte, de ciência ou de propaganda. Obviamente que para Harley essa retórica jamais é neutra

uma vez que "the text works as an instrument operating on social reality".[3] Na última parte, *Maps and exercise of power*, Harley estabelece uma distinção entre poder interno e externo da cartografia. O autor define poder externo como o "poder que é exercido na cartografia", onde muitas vezes cartógrafos respondem deliberadamente demandas externas. O "poder é ainda exercido com a cartografia", com a utilização de mapas para controle da população, do comércio, da administração pública etc. Para Harley, "in all these cases maps are linked to what Foucault called the exercise of 'juridical power.' The map becomes a 'juridical territory': it facilitates surveillance and control" (HARLEY, 1989, p. 11-12).

Quanto ao poder interno, Harley aponta que "what it also central to the effects of maps in society is what may be defined as the power internal to cartography". Para o autor "cartographers manufacture power: they create a spatial panopticon. It is a power embedded in the map text", e acrescenta "it is a power that intersects and is embedded in knowledge". Não se trata, contudo, de reduzir a manifestação do poder nos mapas à intencionalidade ou à prática consciente do cartógrafo em manipular dados ou cumprir ordens com interesses expressos. Ou seja, Harley não sugere "that power is deliberately or centrally exercised. It is a local knowledge which at the same time is universal. It usually passes unnoticed. The map is a silent arbiter of power" (HARLEY, 1989, p. 13). O autor conclui que "o ato interpretativo de desconstruir o mapa", pode servir a três funções para os estudos em História da Cartografia, em primeiro lugar "it allows us to challenge the epistemological myth (created by cartographers) of the cumulative progress of an objective science always producing better delineations of reality", um segundo aspecto: "deconstructionist argument allows us to redefine the historical importance of maps. (...) If we can accept intertextuality then we can start to read our maps for alternative and sometimes competing discourses" e por fim "a deconstructive turn of mind may allow map history to take a fuller place in the interdisciplinary study of text and knowledge" (HARLEY, 1989, p. 15).

O caminho aberto pela perspectiva de Harley amplia sobremaneira as possibilidades de pesquisa em História da Cartografia do Brasil Colonial (CAVENAGUI, 2006; 2011). No entanto algumas das suas indicações merecem ser tomadas com cautela, pois a ênfase no caráter retórico e nas relações de poder que são inerentes à produção de um mapa, pode transformar-se em um nevoeiro que torna dificultosa a percepção de outras características da documentação cartográfica.

[3] HARLEY, John Brian. "Desconstructing the map". Op. cit., p. 11.

Obviamente que na definição das três rotas que expusemos, cometemos algumas *violências* ao agrupar sob a mesma corrente textos que muitas vezes apontam para formas distintas de velejar nos mares e oceanos da História da Cartografia. Todavia, nossa intenção foi demonstrar três orientações que não são excludentes e que misturam-se nas abordagens dos estudiosos. É possível que o mesmo autor aproprie-se de técnicas de georeferenciamento do SIG, aproxime-se da História Cultural e/ou da Ciência/das Ideias e ainda absorva elementos do *Desconstrutivismo*.

Nossa intenção não é escolher um desses caminhos, mas procurar fazer uso de todos os instrumentos de navegação disponíveis e que possam servir ao nosso propósito: construir um roteiro que navegue *por uma cartografia da conquista* e que investigue o processo de espacialização de ambientes coloniais no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII.

A confecção do roteiro: borrões

Já por volta de 1720, havia representações cartográficas dos caminhos que levavam às recém descobertas Minas do Cuiabá. Alguns desses mapas manuscritos estão disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional (Brasil). Não tendo aqui espaço para uma análise exaustiva, exporemos apenas algumas questões pertinentes à pesquisa que estamos desenvolvendo e às questões que nos têm motivado a explorar, de diferentes formas, os mapas que fazem referência aos territórios do centro da América do Sul. Fizemos apontamentos sobre dois mapas: *o Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá (c. 1720)* e a *Configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso* (c. 1750).

Em uma primeira vista no *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá,* que originalmente tem 55 x 104 cm, destacam-se a representação dos rios. Levando em conta a forma como as redes fluviais estão representadas, podemos dividir o mapa em duas metades. Na parte direita, um desproporcionalmente caudaloso rio ergue-se como um galho espesso de árvore e os demais rios, como galhos menores, unem-se ao principal. Os traços demonstram que os riscos que representam os rios são mais fortes próximos ao "galho" principal e enfraquecem-se na medida em que se distanciam dele. O rio que orienta a localização dos demais é o chamado Rio Grande (que seria o equivalente ao atual rio Paraná), ao nordeste o limite é o rio Piracicaba, ao sudeste o rio Tibagi, a sudoeste o rio "Himinhema"(Ivinhema) e a noroeste o rio "Auacuriu" (Sucuriú).

Na outra metade do mapa, do lado esquerdo, não há o equivalente a um veio principal, mas uma base estreita a partir da qual se abrem os rios. A aparência não é de um tronco de árvore, mas de um arbusto, onde a partir de uma base os ramos abrem-se como leques. Na base o topônimo é *Paraguay*. A base, contudo, não é ponto de convergência entre os ramos. As marcas da tinta demonstram que os traços que marcavam os rios eram bastante descontínuos e tanto o início quanto o fim, da maioria dele, não é definido. Mesmo na convergência dos rios, acima da base, os traços não se unem, ou seja, não foi estabelecido um ponto de convergência a partir do qual a rede hidrográfica seria representada.

É evidente o caráter "rudimentar" do mapa, que poderíamos chamar, seguindo a catalogação da Biblioteca Nacional, de uma "carta sertanista", tal como ela foi definida por Jaime Cortesão (2009, p. 232). Contudo, afirmar apenas que se trata de um mapa elementar, tosco, desprovido de qualquer padronização e, portanto, tipicamente "sertanista" significa, ao nosso ver desviar o foco da dificuldade de interpretar mapas feitos sem a orientação de manuais europeus, sem padronização toponímica, nos quais até mesmo a descrição das informações é um desafio.

Seria a imprecisão nos traços, os espaços em branco, a desproporcionalidade, a falta de escala, a inobservância da latitude e da longitude, a ausência de rigor científico e da padronização toponímica características específicas da rústica cartografia sertanista? Uma resposta positiva a essa pergunta implicaria em um julgamento anacrônico tendo em vista que em 1720 não estavam consolidadas as bases da nova cartografia que se consolidaria nos territórios portugueses na América apenas na segunda metade do século XVIII, com o trabalho dos engenheiros militares (BUENO, 2005/2006/2007, p. 79-81). E mesmo entre esses, algumas características que atribuímos na questão acima foram mantidas como padrão de representação. Se observarmos outras peças da cartografia do período podemos achá-las esteticamente menos rústicas, mais atraentes, coloridas, mas certamente nem sempre mais precisas, proporcionais e matematicamente rigorosas.

Há uma série de elementos reveladores na "cartografia sertanista" que ainda não foram suficientemente analisados. Neste texto iremos tratar especificamente das referências às distâncias, que revelam duas formas distintas de medi-las. Uma por meio de unidades de tempo, o dia e o mês, e outra por unidade de medida, a légua. A última é usada unicamente para medir distâncias no percurso fluvial e aparece na carta apenas nos rios mais conhecidos pelos sertanistas. Uma vez medindo a confluência entre o Tietê e o Pinheiros, três vezes no rio

Tietê, marcando tanto distâncias como localização de cachoeiras, e uma vez no rio Grande (atual Paraná).

Já as medições por dias estão em todo o mapa, tanto nos caminhos de terra quanto nos percursos fluviais. Quanto aos caminhos de terra, notamos que nenhum deles está representado no mapa por meio de traços ou riscos (como era habitual). A única referência aos mesmos é a quantidade de dias gastos para percorrê-los. Da direita para a esquerda do mapa, o primeiro caminho assinalado é o de São Paulo até as minas de Paranapanema. Há dois caminhos entre as duas metades do mapa, um acima, onde abandonando o rio Pardo persegue-se o Taquari e outro abaixo que do rio "Huminhema" (atual Ivinhema) alcançava o rio "Botetei" (atual Miranda).

Quanto às medições por dias nos caminhos fluviais são duas referências claras ao longo do rio Paraná, que apontam as distâncias entre as barras dos rios Paranapanema e Tietê e entre as barras dos rios Pardo e Verde. Há ainda outro caminho ao norte das Minas de Cuiabá que leva à "Chapada". O topônimo Chapada provavelmente faz referência ao local onde hoje se localiza a Chapada dos Guimarães, uma vez que em todo o mapa apenas topônimos aparecem com início em letras maiúsculas.

Inscrever unidades de medida ao longo do mapa significa muito mais que simplesmente apontar distâncias. Significa, em sentido amplo, a territorialização do tempo em determinado espaço. As formas de medir as distâncias demonstram a tentativa de estabelecer um domínio sobre o espaço, de percorrê-lo com menos riscos, com mais precisão. Significa a espacialização de uma temporalidade. Não de uma temporalidade qualquer, mas de uma lógica associada à conquista e as práticas sociais reproduzidas no território.

Os escritos e as imagens inscritas no papel ganham sentido apenas em correlação com o "conjunto de imagens" que orientam a prática do autor. É importante analisarmos a questão sobre o lugar do mapa no conjunto das práticas de conquista em uma perspectiva que rompa com a ideia do mapa apenas como resultado de padrões de representação, ou seja, como realidades independentes do espaço que se propõe a representar. Do mesmo modo, não pretendemos analisá-lo como referência mais ou menos exata ou aproximada, de um determinado espaço, sem consequentemente julgar seus acertos e falhas, incoerências, erros, distorções... Para percorrermos o caminho que é tão tortuoso e indefinido quanto os traços dos "mapas sertanistas" é necessário romper com a percepção de que existe um espaço, ou seja uma "matéria", da qual o mapa é apenas a representação, ou melhor "a imagem".

Henry Bergson, no clássico *Matéria e Memória*, discute as relações entre o *espírito* e a *matéria* objetivando romper com a polarização existente na filosofia entre idealismo e materialismo. Para resolver o problema imposto pela aparente antinomia, Bergson afirma que "é para o terreno da memória que nos vemos transportados. Isso era de se esperar, pois a lembrança – (...) – representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria" (BERGSON, 1999, p. 5). Para o autor a memória deve ser percebida como fenômeno, fruto de uma relação psicofisiológica entre o cérebro, como materialidade física, e as percepções psicológicas.

É preciso ater-se a um ponto central no texto de Bergson. O autor não define a matéria como uma realidade bruta e absoluta. Bergson afirma: "chamo de matéria o conjunto de imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo" , ou seja, "Os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível do meu corpo sobre eles" (BERGSON, 1999, p. 15-16). De acordo em essa percepção podemos definir a primeira característica que atribuímos à produção cartográfica: a cartografia como um conjunto de imagens.

A imagem não é imediatamente perceptível, ou seja, há uma característica em toda a imagem que justifica que ela "não pareça em si o que é para mim". Uma imagem é "solidária à totalidade das outras imagens, continua-se nas que a seguem, assim como prolongava aquelas que a precedem". Portanto, as imagens não servem apenas e fundamentalmente para ler o mundo, mas, sobretudo, para dar movimento a ele. Produzir o mapa, portanto, não é construir uma representação, pois como afirma Bergson "o espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, em que imprimiu sua liberdade" (BERGSON, 1999, p. 191).

Para Bergson, a imagem poderia ser convertida em representação desde que eu "pudesse isolá-la, se pudesse, sobretudo, isolar seu invólucro. A representação está justamente aí, mas sempre virtual, neutralizada, no momento em que passaria ao ato, pela obrigação de prolongar-se e de perder-se em outra coisa" e acrescenta: "O que é preciso para obter essa conversão não é iluminar o objeto, mas ao contrário obscurecer certos lados dele, diminuí-lo da maior parte de si mesmo, de modo que o resíduo, em vez de permanecer inserido no ambiente como uma coisa, destaca-se como um quadro" (1999, p. 33-34).

Sendo assim, enquanto "imagem" o mapa é tão "representação" e tão "matéria" como qualquer outra "coisa", "objeto" ou "ato" e as falhas, distorções, imperfeições, desproporções presentes no mapa devem ser percebidas no contexto do movimento no qual o

mapa, como "conjunto de imagens", se realiza e se recompõe. Cada sinal, risco, topônimo, anotação que se materializa no papel cria uma realidade, ressignifica o espaço, reordena lugares, reproduz e retroalimenta um movimento. As unidades de medida espacializando-se no papel são resultados de práticas anteriores de exploração do espaço e impulsionam práticas ulteriores de intensificação e de diversificação da exploração. Analisar, portanto, os mecanismos que possibilitam a emergência de uma cartografia sertanista significa mergulhar no *modus operandi* das práticas econômicas e sociais que se espacializaram permitindo a conquista dos territórios ao centro da América do Sul. A forma peculiar como o tempo conquista o espaço no decorrer do processo de conquista tem relação, portanto, com o modo como as "coisas" são incorporadas enquanto "imagens".

O segundo mapa em relação ao qual gostaríamos de tecer algumas observações pontuais é uma carta intitulada *Configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso*. Há ao menos duas versões diferenciadas da carta. Uma disponível no Arquivo Histórico Ultramarino (Figura 2), e outra no Arquivo da Casa da Ínsua (GARCIA, 2002, p. 446). À primeira versão foi atribuída, por Mario Clemente Ferreira, autoria de José Gonçalves da Fonseca e a datação por volta de 1750.

A justificativa de Ferreira para a atribuição da autoria e da data "justifica-se pelo facto da representação do relevo e da rede hidrográfica, e ainda da caligrafia, serem neste mapa idênticas às da *Carta hydrografica"* e ainda destaca "a extrema coincidência entre o que é representado na Configuração da Chapada […] e aquilo que é descrito pelo próprio Gonçalves da Fonseca na sua Noticia da Situação de Mato-Grosso e Cuyabá" (FERREIRA, 2007, p. 6-7). Já a segunda versão é datada por volta de 1769, no inventário feito sobre a documentação cartográfica da Casa da Ínsua, sob a coordenação de João Carlos Garcia (2002, p. 446). Tendo em vista que um dos critérios utilizados para a datação das cartas era a proveniência do papel, podemos inferir que a versão inventariada na Casa da Ínsua é uma cópia de um mapa anterior.

Em um artigo recente, André Ferrand de Almeida analisa a viagem de João Gonçalves da Fonseca, destacando "a cartografia do rio Madeira" e as "diferenças entre o mapa traçado por José Gonçalves da Fonseca e o Mapa das Cortes" (ALMEIDA, 2009, p. 215). O mapa que o autor faz referência é a *Carta Hidrográfica em que se descreve as origens de vários e grandes Rios da América Meridional Portugueza e muito especialmente o nascimento do Rio Madeira e os rumos e sua direção*, de 1750. Almeida analisa como autoridades portuguesas não aceitaram a validade de muito do que era representado no mapa

de Fonseca, pois aceitá-la significava colocar em risco a legitimidade da posse portuguesa dos territórios das minas de Cuiabá e do Mato Grosso, mesmo que, segundo o autor, "nenhuma outra expedição portuguesa se aproximara tanto do conhecimento daquele espaço, e não havia de fato, qualquer outro mapa que fosse mais preciso do que aquele traçado por Fonseca" (ALMEIDA, 2009, p. 232-233).

Para Almeida, o único mapa traçado por José Gonçalves da Fonseca foi a *Carta Hidrográfica*.... O mesmo autor, contudo, cita uma carta do bispo do Pará na qual é feita referência a "hum Mapa particular da Chapada do Matto Grosso" do qual, segundo Almeida, "não se conhece o paradeiro" (ALMEIDA, 2009, p. 227). Não parece difícil concluir que se trata justamente do documento que Mario Clemente Ferreira atribuiu a José Gonçalves da Fonseca.

Aspecto comum entre os textos de Ferreira e Almeida é a assertiva de que o principal objetivo da viagem de Fonseca era a abertura da rota de navegação e comércio entre os rios Madeira, Marmoré e Guaporé. É comum também a contextualização que ambos fazem das minas de Mato Grosso na década de 1740. Segundo Ferreira, o que motivava as expedições sertanistas para o território espanhol feitas por homens "muitas vezes fugidos aos seus credores" era "sobretudo estabelecer comércio com as missões, uma vez que em Mato Grosso os preços eram muito elevados, sendo frequentes também as carências de muitas mercadorias" (FERREIRA, 2007, p. 4). Almeida traça o seguinte panorama:

> No início da década de 1740, devido ao esgotamento de algumas lavras nas minas do Mato Grosso (descobertas cerca de dez anos antes), a sobrevivência dos "mineiros" foi-se tornando cada vez mais difícil. O abastecimento das regiões das minas era normalmente feito a partir dos caminhos que ligavam o Mato Grosso a Cuiabá, que, por sua vez, comunicava-se com Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Mas as distâncias e as dificuldades do transporte tornavam o preço de todos os produtos, uma vez chegados ao Mato Grosso, verdadeiramente proibitivos. É assim que se explica a constituição de um grupo de mineiros (liderados pelo reinol Manuel Félix de Lima e pelo paulista Francisco Leme do Prado) que, por se encontrarem endividados, decidiram tentar sua sorte em busca de novas lavras de ouro e das missões de Moxos, com as quais pretendiam comerciar (ALMEIDA, 2009, p. 232-233).

Nosso objetivo ao apontar esse aspecto é abordar um tema pontual: como a percepção sobre as atividades econômicas tem implicações importantes na análise da cartografia das conquistas portuguesas no centro da América do Sul. A primeira questão é: como os autores chegaram ao "diagnóstico" apresentado sobre a economia das Minas de

Cuiabá e Mato Grosso que em seus textos aparecem como transparência da realidade? Ambos, quando citam fontes, baseiam-se em correspondências de autoridades que reclamam da carestia de alimentos, das dificuldades econômicas e dos preços, principalmente de alimentos.

Assim como os mapas, as correspondências, relatos, crônicas, constroem uma determinada *retórica* que não apenas retrata, mas constrói a realidade que se pretende impor como verdadeira. Ler um texto, seja ele verbal ou não verbal, sem questionar as informações nele contidas, sem perceber que elas são construídas a partir de determinada leitura de mundo e dos interesses de quem o confecciona, ou seja, sem *desconstruí-las,* traz muito pouco da complexidade da forma como as relações sociais e os jogos de poder espacializam-se.

Não temos espaço aqui para uma longa análise sobre as atividades econômicas nos territórios que fariam parte da capitania de Mato Grosso, algo que fizemos em outros artigos (OLIVEIRA, 2008; 2011). Podemos apontar, contudo, que há muitos indícios para afirmar que a situação econômica das Minas do Cuiabá e do Mato Grosso era muito diversa daquela apontada nas correspondências das autoridades metropolitanas e dos *homens bons* que compunham as elites locais.

Olhemos com atenção a *Configuração das Minnas do Mato Grosso* e tentemos perceber o discurso que o mapa constrói sobre o espaço. Ele é completamente diverso do apontado por Almeida e Ferreira. Fonseca representa muitas lavras com seus determinados proprietários, pontua as roças em toda a "circunferência da Chapada". Um ambiente, portanto, economicamente explorado tanto por atividades extrativistas como para o plantio de alimentos e criação de animais. No relato que o autor elabora, intitulado *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá*, Fonseca aponta que entre os mil e cem "Negros da Guiné" matriculados nas Minas do Mato Grosso "seiscentos é que poderão empregar nas faisqueiras e nas lavras, por se ocupar o resto de lavouras de mantimentos; cujas fazendas se acham estabelecidas na planície em circunferência da chapada" e a seguir acrescenta

> acresce à exorbitância das fazendas de fora o alto preço de viveres e mais mantimentos do país, porque o sustento ordinário, que consiste em feijão, toucinho e farinha, corre cada alqueire desta e dos legumes a duas oitavas, e cada porco em sua perfeita criação a vinte e cinco oitavas. Do sustento particular quando é vaca é por duas oitavas a arroba, galinhas a três quartos cada uma, patos e capões a meia oitava (FONSECA, 2001, p. 16-17).

O discurso de Fonseca não é *mais verdadeiro* que as correspondências que apontam para uma situação alarmante, de fome, escassez e dívidas. No entanto há muitos indícios de

que a dinâmica da reprodução econômica nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso era bem diversa das imagens construídas historicamente para representá-la. Acreditamos que a percepção sobre a dinâmica das relações econômicas espacializadas no centro da América do Sul, e suas relações com outras espacialidades, pode enriquecer a análise dos mapas. Assim como os mapas, desde que lidos e *desconstruídos*, podem servir de documentação privilegiada para análise dessas relações, contribuindo para os estudos sobre as espacializações portuguesas no centro da América do Sul no âmbito de uma *Cartografia da Conquista*.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, André Ferrand Almeida. "Entre a Guerra e a Diplomacia": os conflitos luso-espanhóis e a cartografia da América do Sul (1702-1807). In: GARCIA, João Carlos (coord). *A Nova Lusitânia*: imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ALMEIDA, André Ferrand. "A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2. p. 189-214 jul.-dez., 2009.

ALMEIDA, André Ferrand. "O *mapa geográfico de América Meridional* de Juan de la Cruz". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2. p. 189-214 jul.-dez., 2009.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BUENO, Beatriz P. S. "Desenhando o Brasil: o Saber Cartográfico dos Cosmógrafos e Engenheiros Militares da América Portuguesa e do Brasil Império". In: COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: FUNDEP/UFMG, 2007, p. 29-49.

BUENO, Beatriz P. S. "Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo". Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.17. n. 2. p. 111-153 jul.-dez., 2009.

BUENO, Beatriz P. S. "Engenheiros militares: atores na modelação do espaço urbano". In: SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Porto. (Org.). *Urbanismo colonial*: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: CTRL, 2009, pp. 66-92.

BUENO, Beatriz P. S. "Entre teoria e prática: a cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII". *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, n° 7-8-9, p. 61-96, 2005/2006/-2007.

BUENO, Beatriz P. S. "Entre teoria e prática: a cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII". *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, n° 7-8-9, p. 61-96, 2005/2006/-2007.

BUENO, Beatriz P. S. "O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo". In: FURTADO, Junia. (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica*: Europa, Américas e África. São Paulo: Anna Blume, 2008.

BUENO, Beatriz P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia (1750-1850) Anais do Museu Paulista. São Paulo. n°. ser. v.12. p. 193-234 jan.-dez, 2004.

CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista: Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. An. mus. paul., São Paulo , v. 19, n. 1, p. 81-113, 2011.

CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. análise de uma herança cotidiana. An. mus. paul., São Paulo , v. 14, n. 1, p. 195-241, 2006.

CINTRA, Jorge Pimentel. "O mapa das cortes: perspectivas cartográficas". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n. 2. p. 39-61, jul-dez, 2007.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001.

COSTA, Antonio Gilberto (org). *Roteiro prático de cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. COSTA, Antonio Gilberto (org). Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Lisboa [Portugal] : Kapa Editorial, 2004.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia de Minas Gerais*: Da Capitania à Província, Belo Horizonte, Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia de Minas Gerais*: Da Capitania à Província, Belo Horizonte, Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. 1. ed. Belo Horizonte; Lisboa: UFMG; Kapa, 2004.

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 45, p. 21-36, 2007.

COSTA, Maria de Fátima. . História de um país inexistente. Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999. v. 1. 278p.

COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*, v. 17, p. 189-214, jul-dez , 2009.

COSTA, Maria de Fátima. Viajando com os demarcadores ibéricos pelo interior da América Meridional (1753 1754): *Signos en el Tiempo y Rastros en la Tierra*, v. 3, p. 283-304, 2009.

COSTA, Maria de Fátima. Viajes en la frontera colonial. Historia de una expedición de límites en la America Meridional (1753-1754). *Anales del Museo de América*, v. 16, p. 113-126, 2008.

FERREIRA, Mario C. "Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII". In II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa, 2007.

FERREIRA, Mario Clemente. "O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia". Varia História, v. 37, p. 51-69, 2007.

FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional.* Os trabalhos demarcadores das Partidas Sul e a sua Produção Cartográfica (1749-1761). Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá. Cuiabá: IHGMT, 2001. Publicações Avulsas nº 22.

GARCIA, João Carlos (coord). *A História da Cartografia na obra do 2° Visconde de Santarém*. Exposição cartobibliográfica. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2006.

GARCIA, João Carlos (coord). *A mais dilatada vista do mundo*. Inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

GARCIA, João Carlos (coord). *A Nova Lusitânia*. Imagens cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822). Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GARCIA, João Carlos. "História da Cartografia nos países ibero-americanos". *Terra Brasilis* n° 7-8-9, Rio de Janeiro, pp. 7-29, 2005-2006-2007.

HARLEY, J. B. "Desconstructing the map". *Cartographica*. V.26, n° 2, pp. 1-20, 1989.

KANTOR, Iris e outros. Mapas em Trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria* (Madrid) ,v. 12, 2010, p. 110-123.

KANTOR, Iris. "Usos diplomáticos da ilha-brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas". *Varia História*, v. 37, 2007, p. 70-80.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n° 2, p. 39-51, 2009.
MARTINI, Paulo e outros. "Sensoriamento remoto como suporte para estudos cartográficos sobre o território da América Portuguesa entre 1500 e 1822. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n. 1. p. 51-68, jul-dez, 2009.

MENDOZA, Héctor V e GARCIA, João Carlos. "História da Cartografia nos países ibero-americanos". Terra Brasilis n° 7-8-9, Rio de Janeiro, pp. 7-29, 2005-2006-2007.

MORAES, Fernanda B. de. "De arraiais vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais". In RESENDE, Maria E. L. e RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). As Minas Setecentistas. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, p. 55-85.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. "Decifrando hieróglifos: o capital mercantil no centro da América do Sul (1718-1750)". Economia e Sociedade. v. 20, p. 661-690, 2011.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Jogos monetários na fronteira do Império Português: produção rural e comércio no centro da América do Sul (1716-1750). Territórios e Fronteiras (UFMT), v. 1, p. 245-272, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Catálogo de iconografias das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*: 1500/1720. São Paulo: Museum/FAU/USP, 1964. REIS FILHO, Nestor Goulart (org.). *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000.

RENGER, Friedrich E. "A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas". In MORAES, Fernanda B. de. "De arraiais vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais". In RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). As Minas Setecentistas. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, p. 127-137.

RESENDE, Maria E. L. "Itinerários e interditos na territorialização das Geraes" In RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). As Minas Setecentistas. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, pp. 25-53.

ROSSETO, Pedro Francisco. "Reconstituição do traçado da 'estrada dos Goiases' no trecho da atual mancha urbana de Campinas". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n° 2, p. 141-191, jul-dez, 2006.

SANTOS, Maria D. *Técnicas e elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império*. In: Antônio Gilberto Costa. (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. "Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos". In RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). As Minas Setecentistas. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, p. 103-126.

Figura 1



Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá ca 1720. Autor Desconhecido. Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Figura 2



Configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso, ca.1750, Arquivo Histórico Ultramarino apud FERREIRA, Mario C. "Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII". In *II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Lisboa, 2007, p. 16.

ARTIGO RECEBIDO EM: 22/03/2015
ARTIGO APROVADO EM: 17/06/2015